

[Home](#) [Institucional](#) [Produtos e Serviços](#) [Legislação](#) [Prestando Contas](#) [Municípios e Parcerias](#) [Notícias](#) [Download](#) [Fale Conosco](#)[Home - NFC-e](#)[Credenciamento](#)[Consulta à NFC-e](#)[Consulta Inutilização](#)[Gerenciar Cód Segurança](#)[URL QR Code / WebServices](#)[Downloads](#)[Legislação](#)[Contingência](#)[Dúvidas Frequentes](#)[Fale Conosco](#)[Links](#)[Para usuários Firefox](#)[Voltar](#) [Página Inicial](#) [Imprimir](#)[Dúvidas Frequentes](#)

## Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica

### Dúvidas Frequentes

#### Perguntas e Respostas

#### I. INFORMAÇÕES INICIAIS

##### 1. O que é a Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica -NFC-e?

A Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica – NFC-e – é um documento emitido e armazenado eletronicamente por contribuinte credenciado pela Secretaria da Fazenda, de existência apenas digital, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e pela Autorização de Uso concedida pela Secretaria da Fazenda, com o intuito de documentar as operações comerciais de venda presencial ou venda para entrega em domicílio a consumidor final (pessoa física ou jurídica) em operação interna e sem geração de crédito de ICMS ao adquirente.

##### 2. Quais os tipos de documentos fiscais em papel que a NFC-e substitui?

A NFC-e substitui a nota fiscal de venda a consumidor, modelo 2, e o cupom fiscal emitido por ECF.

##### 3. Quais são as vantagens da NFC-e?

- Dispensa de homologação do software pelo Fisco;
- Uso de Impressora não fiscal, térmica ou a laser;
- Simplificação de obrigações acessórias (dispensa de impressão de Redução Z e Leitura X, Mapa Resumo, Lacres, Revalidação, Comunicação de ocorrências, Cessação, etc.);
- Dispensa da figura do interventor técnico;
- Uso de papel não certificado, com menor requisito de tempo de guarda;
- Transmissão em tempo real ou on-line da NFC-e;
- Redução significativa dos gastos com papel;
- Não há necessidade de autorização prévia do equipamento a ser utilizado;
- Uso de novas tecnologias de mobilidade;
- Flexibilidade de expansão de PDV;
- Apelo ecológico;
- Integração de plataformas de vendas físicas e virtuais;
- Possibilidade de envio da nota por e-mail, caso o consumidor opte;
- Menor tempo para constar na Nota Fiscal Paulista.

##### 4. Em quais tipos de operações a NFC-e pode ser utilizada?

Somente nas operações comerciais de venda presencial ou venda para entrega em domicílio a consumidor final (*delivery*). Para as demais operações, o contribuinte deverá utilizar a nota fiscal eletrônica modelo 55 (NF-e).

##### 5. A NFC-e pode ser usada para venda com entrega em domicílio?

Sim, apenas no caso de *delivery*, nas vendas para consumidor final, para entregas de produtos provenientes de pizzarias, lanchonetes, restaurantes, farmácias, floriculturas, etc e apenas para operações dentro do Estado. Nestas hipóteses será exigida na NFC-e a identificação do consumidor e do endereço de entrega.

##### 6. Qual é o modelo de documento fiscal da NFC-e?

A NFC-e é identificada pelo modelo 65.

##### 7. Já existe legislação em vigor para regulamentar a NFC-e?

Sim. A NFC-e foi instituída pelo Ajuste SINIEF nº 01/2013, que alterou o Ajuste SINIEF nº 07/2005 (Nota Fiscal Eletrônica –

... e a Nota Fiscal Eletrônica por meio do ECF, que poderá ser substituída pela Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

## II. Obrigatoriedade

### 8. Quando a minha empresa será obrigada à emissão de NFC-e?

Existe cronograma de obrigatoriedade de utilização do CF-e/SAT disposto no artigo 27 da Portaria CAT 147/2012. Entretanto, conforme artigo 28 da mesma Portaria, o contribuinte pode, em substituição a esse documento, optar pela emissão da Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, modelos 55, ou da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica – NFC-e (NF-e, modelo 65).

A introdução do SAT será gradativa de acordo com o cronograma do artigo 27 da Portaria CAT 147 de 05/11/2012.

Data	Hipóteses de obrigatoriedade
<b>1º/07/2015</b>	- Novos estabelecimentos  - ECFs que tenham mais de 5 anos desde a primeira lacração, para as seguintes CNAEs: 4731800, 4771701 e 4781400;  - Contribuintes que utilizavam SEPD em substituição ao ECF.
<b>1º/08/2015</b>	- ECFs que tenham mais de 5 anos desde a primeira lacração, para as seguintes CNAEs: 4712100, 4744005, 5611201 e 5611203.
<b>1º/09/2015</b>	- ECFs que tenham mais de 5 anos desde a primeira lacração, para as seguintes CNAEs: 4530703, 4711302, 4713001, 4721102, 4721104, 4722901, 4729699, 4744001, 4744099, 4753900, 4754701, 4761003, 4771702, 4772500, 4774100, 4782201 e 4789099.
<b>1º/10/2015</b>	- Demais CNAEs cujos ECFs que tenham mais de 5 anos desde a primeira lacração.
<b>1º/01/2016</b>	- Em substituição à Nota Fiscal de venda a consumidor (mod 2) para os contribuintes que faturaram R\$ 100 mil ou mais em 2015;  - Postos de combustível, em substituição à Nota Fiscal de venda a consumidor (mod 2).
<b>1º/01/2017</b>	- Em substituição à Nota Fiscal de venda a consumidor (mod 2) para os contribuintes que faturaram R\$ 80 mil ou mais em 2016;  - Prazo final para os postos de combustível cessarem TODOS os ECFs.
<b>1º/01/2018</b>	- Em substituição à Nota Fiscal de venda a consumidor (mod 2) para os contribuintes que faturaram R\$ 60 mil ou mais em 2017.

Existem mais regras e exceções, portanto, consulte a Portaria CAT 147, de 05/11/2012.

### 9. O contribuinte obrigado à emissão de CF-e-SAT poderá, em substituição a esse documento utilizar a NFC-e?

O contribuinte obrigado à emissão de CF-e-SAT poderá, em substituição a esse documento, optar pela emissão da Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, modelo 55, ou da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica – NFC-e, modelo 65, devendo, nessa hipótese, observar a legislação que disciplina o documento adotado.

### 10. Após o início da obrigatoriedade de utilização do CF-e SAT, ou opcionalmente da NFC-e, quais documentos ficam vedados de serem emitidos?

Os seguintes documentos ficam vedados de serem emitidos:

- 1 - Cupom Fiscal por meio de Equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF;
- 2 - Nota Fiscal de Venda a Consumidor, modelo 2:
  - a. poderá, excepcionalmente, ser emitido nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, tais como falta de energia elétrica;
  - b. não poderá ser emitido se, em decorrência de problemas técnicos, tais como falta de conexão com a Internet, não for possível transmitir a NFC-e à Secretaria da Fazenda ou obter a resposta à solicitação de Autorização de Uso da NFC-e;

3- Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, ainda que por Processamento Eletrônico de Dados, exceto nas hipóteses expressamente previstas na legislação.

### 11. O contribuinte que optar pela NFC-e de forma voluntária poderá utilizar também o Cupom Fiscal por meio do ECF ou a Nota Fiscal Modelo 2?

Enquanto não sobrevier a obrigatoriedade prevista no artigo 27 da Portaria CAT 147/2012, o contribuinte poderá utilizar os documentos fiscais Cupom Fiscal por meio do ECF ou a Nota Fiscal Modelo 2, porém se optar por utilizar a NFC-e em algum dos pontos de venda do estabelecimento deverá ter o SAT como contingência.

### 12. O que muda para o meu cliente se minha empresa passar a utilizar NFC-e em suas operações?

A principal mudança para os destinatários da NFC-e é a facilidade de consultar no site da SEFAZ a validade, existência e autorização de uso da NFC-e referente à sua compra. A consulta poderá ser feita pela Internet, similar ao que existe para a NF-e, utilizando-se a chave de acesso, com 44 posições, existente no DANFE NFC-e (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica) correspondente ou pela leitura do QR-Code por intermédio de um smartphone ou tablet que possua aplicativo apropriado.

### 13. O acesso ao ambiente de teste e de produção está disponível para as empresas desenvolvedoras de software?

de software.

O acesso a esses ambientes da NFC-e da SEFAZ está disponível para os contribuintes do ICMS.

### III. REQUISITOS

#### 14. Quais são os requisitos necessários para a emissão da NFC-e?

- Acesso a Internet;
- Possuir certificado digital no padrão ICP-Brasil, contendo o CNPJ da empresa;
- Fazer o credenciamento como emitente de NFC-e;
- Desenvolver ou adquirir um software emissor de NFC-e;
- Solicitar o Código de Segurança do Contribuinte (CSC) de produção através do Portal da NFC-e;
- Estar com a inscrição estadual regular;
- Ter um equipamento SAT ativo.

#### 15. Como o contribuinte pode efetuar o credenciamento para emitir NFC-e?

Deve acessar o menu Credenciamento no Portal da NFC-e.

#### 16. Como o contribuinte pode solicitar o descredenciamento de emissão de NFC-e?

Deve acessar o menu Credenciamento no Portal da NFC-e.

#### 17. A SEFAZ/SP disponibilizará “software” emissor de NFC-e?

Não. O contribuinte deverá utilizar “software” desenvolvido ou adquirido por ele, sem necessidade de homologação.

#### 18. Posso utilizar o emissor gratuito da NF-e para emitir NFC-e?

Não. Considerando as peculiaridades do varejo, o emissor gratuito da NF-e não está preparado para emitir a NFC-e.

#### 19. Tenho que ter certificado digital para emitir a NFC-e?

Sim. Por ser um documento eletrônico com validade jurídica, a emissão de NFC-e exige a segurança proporcionada pelo certificado digital.

#### 20. Quais certificados digitais poderão ser utilizados?

Os certificados devem ser emitidos por uma autoridade certificadora - AC, seguindo o padrão ICP-Brasil, podendo ser dos seguintes tipos:

- . A1 - gerado e armazenado em seu computador pessoal, dispensando o uso de cartões inteligentes ou tokens;
- . A3 - emitido em uma mídia criptográfica: HSM, cartão inteligente ou token, proporcionando maior mobilidade e segurança.

O tipo de certificado digital a ser escolhido depende do sistema/aplicação onde o mesmo será utilizado. Informe-se com o responsável pelo seu equipamento ou consulte a devida documentação para verificar se há alguma restrição para uso do tipo A1 ou A3.

#### 21. Posso utilizar o mesmo certificado digital da NF-e?

Sim.

### IV. DOCUMENTO AUXILIAR DA NFC-e (DANFE\_NFC-e)

#### 22. O que é e para o que serve o DANFE\_NFC-e?

O DANFE NFC-e é uma representação simplificada da NFC-e. Tem as seguintes funções básicas:

- Conter a chave de acesso da NFC-e para que se consulte a regularidade da mesma;
- Conter o código de barras bidimensional da NFC-e (QR-Code) para que se consulte a regularidade da mesma, a partir de um smartphone ou tablet;
- Para o caso da entrega em domicílio, o DANFE NFC-e acompanhará a mercadoria em trânsito, fornecendo outras informações básicas sobre a venda (emitente, destinatário, valores, endereço de entrega, etc.).

O DANFE NFC-e deverá ser impresso conforme as especificações técnicas definidas em manual próprio, disponível no Portal Nacional da NF-e: [www.nfe.fazenda.gov.br](http://www.nfe.fazenda.gov.br).

#### 23. O que é QR-Code?

O QR-Code é um código de barras bidimensional, que foi criado em 1994 pela empresa japonesa Denso-Wave, que significa “código de resposta rápida” devido à capacidade de ser interpretado rapidamente.

#### 24. Qual a finalidade do QR-Code impresso no DANFE NFC-e?

A impressão do QR-Code no DANFE\_NFC-e tem a finalidade de facilitar a consulta dos dados do documento fiscal eletrônico pelos consumidores, mediante leitura com o uso de aplicativo leitor de QR-Code instalado em smartphones ou

eletrônico pelos consumidores, mediante leitura com o uso de aplicativo leitor de QR-Code instalado em smartphones ou tablets. Atualmente existem no mercado inúmeros aplicativos gratuitos para smartphones que possibilitam a leitura de QR-Code.

#### **25. Em que momento o DANFE\_NFC-e deve ser impresso?**

O DANFE deve ser impresso pelo emitente da NFC-e antes da circulação da mercadoria, na venda presencial ou entrega em domicílio.

#### **26. O DANFE-NFC-e poderá não ser impresso em alguma situação?**

Se o adquirente concordar, o DANFE-NFC-e poderá ter sua impressão substituída pelo envio em formato eletrônico ou pelo envio da chave de acesso do documento fiscal a qual ele se refere.

#### **27. O Detalhe da Venda do DANFE-NFC-e poderá não ser impresso em alguma situação?**

Se o adquirente concordar, o DANFE-NFC-e poderá ser impresso de forma resumida, sem identificação detalhada das mercadorias adquiridas, conforme especificado no "Manual de Especificações Técnicas do DANFE – NFC-e e QR Code".

#### **28. Há obrigatoriedade da guarda do DANFE NFC-e pelo emitente e pelo consumidor (destinatário)?**

Não existe obrigatoriedade da guarda do DANFE NFC-e. O documento fiscal relativo à operação é o arquivo digital da NFC-e. Por se tratar de um documento fiscal digital, a NFC-e deve ser armazenada pelo prazo previsto no artigo 202 do Regulamento do ICMS, mesmo que fora da empresa, para apresentação ao fisco quando solicitado.

#### **29. Em qual tipo de papel posso imprimir o DANFE NFC-e?**

Em qualquer tipo de papel, desde que garanta a legibilidade das informações impressas, especialmente do QR-Code, por, no mínimo, seis meses.

Na impressão do DANFE NFC-e, deverá ser utilizado papel com largura mínima de 58 mm.

Não existe qualquer restrição para que se imprima o DANFE NFC-e em outros tamanhos de papel como, por exemplo, o A4.

#### **30. O que é o código de segurança (CSC)?**

O CSC é um código de segurança alfanumérico, de conhecimento exclusivo do contribuinte e da SEFAZ, usado para garantir a autoria e a autenticidade do DANFE NFC-e.

#### **ATENÇÃO**

O CSC é requisito de validade do DANFE NFC-e, portanto deve ser cadastrado no programa emissor do contribuinte antes da primeira nota fiscal emitida.

#### **31. Qual o procedimento para solicitar o código de segurança (CSC)?**

O CSC pode ser obtido através do Portal da NFC-e ([www.nfce.fazenda.sp.gov.br](http://www.nfce.fazenda.sp.gov.br)), menu Gerenciar Cód Segurança.

### **V. EMISSÃO EM CONTINGÊNCIA**

#### **32. Quais as contingências previstas para a NFC-e em São Paulo?**

- CF-e/SAT;
- EPEC – NFC-e.

#### **33. A contingência off-line poderá ser utilizada no estado de São Paulo?**

Não. A contingência off-line não poderá ser utilizada no estado de São Paulo.

#### **34. Como funciona a contingência EPEC-NFC-e?**

O contribuinte deverá transmitir o evento para o ambiente de contingência da própria SEFAZ/SP com as informações principais da NFC-e, conforme leiaute especificado na NT2014.002. Após receber o protocolo do evento, o contribuinte poderá emitir o DANFE-NFC-e contendo a expressão "DANFE NFC-e impresso em contingência - EPEC regularmente recebido pela administração tributária autorizadora". Dentro do prazo de 168 horas, deverá transmitir o arquivo completo da NFC-e para o ambiente normal da SEFAZ/SP.

#### **35. A contingência EPEC-NFC-e fica sempre ativa?**

Não, a contingência EPEC-NFC-e só é ativada pela SEFAZ/SP quando o ambiente normal de autorização da NFC-e estiver fora do ar, devido a problema técnico ou parada programada da manutenção.

#### **36. O que ocorre caso a EPEC emitida não seja conciliada dentro do prazo estipulado?**

Caso a NFC-e referente a um EPEC não seja autorizada no prazo de 168 horas, a contingência EPEC-NFC-e será bloqueada para o contribuinte. O desbloqueio é automático após a autorização de todas as notas pendentes de conciliação.

### **VI. DETALHES OPERACIONAIS**

#### **37. Em que condições posso cancelar uma NFC-e?**

Somente poderá ser cancelada a NFC-e previamente autorizada e desde que ainda não tenha ocorrido a saída da mercadoria do estabelecimento.

O prazo máximo para cancelamento de uma NFC-e é de até 24 horas, após a concessão da autorização de uso.

### **38. Como devo proceder para cancelar uma NFC-e?**

O pedido de cancelamento de uma NFC-e deverá ser feito por meio do Web Service de eventos, devendo ser autorizado pela SEFAZ.

O leiaute do arquivo de solicitação de cancelamento de NFC-e poderá ser consultado no Manual de Orientação do Contribuinte (MOC), disponível no Portal Nacional da NF-e ([www.nfe.fazenda.gov.br](http://www.nfe.fazenda.gov.br)).

### **39. O que é a inutilização de numeração de NFC-e?**

O pedido da inutilização de número de NFC-e tem a finalidade de permitir que o emissor comunique à SEFAZ, até o décimo dia do mês subsequente, os números de NFC-e que não serão utilizados em razão de ter ocorrido uma quebra de sequência da numeração da NFC-e. A inutilização de número só é possível caso a numeração ainda não tenha sido utilizada em nenhuma NFC-e (autorizada, cancelada ou denegada).

Durante a emissão de NFC-e é possível que ocorra, eventualmente, por problemas técnicos ou de sistemas do contribuinte, uma quebra da sequência da numeração. Exemplo: a NFC-e nº 100 e a nº 110 foram emitidas, mas a faixa 101 a 109, por motivo de ordem técnica, não foi utilizada antes da emissão da nº 110.

A inutilização do número tem caráter de denúncia espontânea do contribuinte de irregularidades de quebra de sequência de numeração, podendo o fisco não reconhecer o pedido nos casos de dolo, fraude ou simulação apurados.

As NFC-e canceladas, denegadas e os números inutilizados devem ser escriturados, sem valores monetários, de acordo com a legislação tributária vigente.

### **40. Posso utilizar a carta de correção eletrônica (CC-e) para NFC-e?**

Não. A carta de correção eletrônica é utilizada, exclusivamente, para correções de NF-e.

### **41. Preciso autorizar minhas impressoras ou software na SEFAZ para emitir a NFC-e?**

Não é necessário autorizar qualquer equipamento ou software na SEFAZ para emitir a NFC-e.

### **42. A NFC-e pode ser emitida por meio de smartphone ou tablets?**

Sim. O projeto NFC-e foi desenvolvido para ser compatível com todos os tipos de plataformas móveis.

### **43. Posso utilizar meu equipamento de ECF para impressão do DANFE\_NFC-e?**

Não. Somente é permitido o uso de impressoras não fiscais, térmicas ou a laser.

### **44. Se já utilizo a NF-e, poderei utilizar a mesma numeração para NFC-e?**

A numeração utilizada pela NFC-e será distinta da numeração utilizada pela NF-e, por se tratar de um novo modelo de documento fiscal eletrônico (modelo 65).

A numeração da NFC-e será sequencial de 1 a 999.999.999, por estabelecimento e por série, devendo ser reiniciada quando atingido este limite.

O contribuinte poderá adotar séries distintas para a emissão da NFC-e que serão designadas por algarismos arábicos, em ordem crescente, vedada a utilização do algarismo zero e de subsérie.

### **45. Como devo preencher as informações dos tributos incidentes sobre toda a cadeia, em atendimento a Lei Federal nº 12.741/2012 (Lei da Transparência)?**

Apenas é exigido pela Lei Federal nº 12.741/2012 a informação, no documento fiscal, de um campo, em reais, com o valor total de tributos incidentes na venda ao consumidor e considerando toda a cadeia de tributação anterior.

Na divisão V do DANFE NFC-e (vide documento técnico de especificação do DANFE NFCE e QR Code) poderá ser impresso o texto "Informação dos Tributos Totais Incidentes (Lei Federal 12.741 /2012)", seguido do valor em reais do total dos tributos da operação/prestação contemplando toda a cadeia de fornecimento. Importante ressaltar que para que seja impressa esta informação no DANFE NFCE a mesma deverá constar informada no campo próprio do arquivo eletrônico da NFC-e (Campo vTotTrib).

Fica facultado ao contribuinte emissor de NFC-e, que assim desejar, imprimir no Detalhe da Venda o valor total de carga tributária por item de mercadoria.

Importante ressaltar que, alternativamente a impressão de informação no documento fiscal, a Lei Federal nº 12.741/12 permite à empresa detalhar a carga tributária por produto por meio de painel afixado ou meio eletrônico disponível ao consumidor no estabelecimento.

### **46. Em que situações o destinatário na NFC-e deverá ser identificado?**

O destinatário da NFC-e deverá ser identificado por meio do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ ou, tratando-se de estrangeiro, o número do documento de identificação admitido na legislação civil, nas seguintes situações:

- 1 - operações com valor igual ou superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
- 2 - operações com valor inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), quando solicitado pelo adquirente;
- 3 - entrega em domicílio, hipótese em que também deverá ser informado o respectivo endereço;

4 - nas vendas a prazo, hipótese em que deverão constar, também, as informações sobre a operação, tais como: preço à vista, preço final, quantidade, valor e datas de vencimento das prestações, no campo Informações Adicionais de Interesse do Fisco.

**47. Qual o valor total máximo que uma NFC-e pode ter?**

Tendo em vista que a NT2013.005 definiu que os estados poderiam estabelecer um limite parametrizável máximo, em São Paulo, estabelecemos uma limitação no sistema com valor total máximo igual a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

**48. Como deve ser informada a taxa de entrega na NFC-e?**

O valor da taxa de entrega deve ser rateado em relação ao valor de cada item e informando no campo "Frete", devendo compor a base de cálculo do item.

**VII) INFORMAÇÕES TÉCNICAS****49. Quais são os documentos técnicos necessários para desenvolver um sistema emissor de NFC-e?**

Toda a documentação técnica do Projeto da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica -NFC-e está disponível neste Portal da NFC-e na SEFAZ/SP no menu "Legislação".

**50. Quais são os Web Services da NFC-e?**

Todos os endereços dos Web Services da NFC-e podem ser verificados no menu URL QR Code/WebServices no Portal da NFC-e.

**51. Qual a URL a ser utilizada na consulta via QR code?**

A URL da consulta via QR code pode ser verificada no menu URL QR Code/WebServices no Portal da NFC-e.

**52. Como posso obter suporte junto à SEFAZ sobre a NFC-e?**

Os questionamentos podem ser enviados via Fale Conosco, assunto NFC-e - Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica.

Pág. Inicial NFC-e